



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE

JOSÉ SOARES DA SILVA JÚNIOR

**ATUAÇÃO DO PEDAGOGO EM ESPAÇOS NÃO-FORMAIS:
UMA ANÁLISE DO PERFIL PROFISSIONAL EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS**

Brasília
2018



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE

JOSÉ SOARES DA SILVA JÚNIOR

**ATUAÇÃO DO PEDAGOGO EM ESPAÇOS NÃO-FORMAIS:
UMA ANÁLISE DO PERFIL PROFISSIONAL EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, à comissão examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da professora Dra. Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva.

Brasília
2018



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE

TERMO DE APROVAÇÃO

ATUAÇÃO DO PEDAGOGO EM ESPAÇOS NÃO-FORMAIS

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito final para a obtenção do título de Pedagogo – Licenciatura Plena, Universidade de Brasília, pela seguinte banca examinadora:

COMISSÃO EXAMINADORA:

Professora Dra. Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva
(Orientadora)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE - UnB)

Professora Dra. Shirleide Pereira da Silva Cruz (Examinadora)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE - UnB)

Professora Ms. Dayse Kelly Barreiros de Oliveira (Examinadora)
Faculdade de Educação PPGE/UnB – Universidade Federal de Brasília

Brasília, 21 de Dezembro de 2018

Dedicatória

Ao meu pai (in memoriam), meu primeiro e eterno mestre, que sempre valorizou a educação, e à minha mãe, com quem aprendo todos os dias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a meus pais que são responsáveis pela minha gênese e sempre me apoiaram em minhas decisões, aconselhando-me e orientando-me em minha trajetória de vida.

Agradeço também à minha família pela compreensão durante a realização deste curso (e de outros anteriores) que me subtraiu valiosos momentos de convívio, mas que, neste momento de conclusão, fiz valer a pena.

Agradeço, ainda, à minha orientadora, que (per)sigo desde o segundo semestre, professora Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva, cujo apoio e orientação foram fundamentais para a realização deste trabalho, além de ter sido minha orientadora do Estágio Supervisionado 4 fase 2.

Por fim, e não menos importante, agradeço às professoras e aos professores da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília que me oportunizaram o aprendizado de novos saberes e conhecimentos não só acadêmicos como também para a vida.

“A conscientização não é apenas conhecimento ou reconhecimento, mas opção, decisão,
compromisso.”

Paulo Freire

RESUMO

Este estudo trata da atuação do Pedagogo em espaços não-formais no Distrito Federal, que possibilitou uma reflexão sobre os diferentes espaços de atuação deste profissional. Para tanto, parte de uma pesquisa sobre instituições públicas que possuem o pedagogo em seu quadro de pessoal. A escolha por essas instituições se justifica pela transparência na seleção e contratação por meio de concurso público, o que possibilitou o acesso aos critérios de seleção, divulgados publicamente em editais, como forma de ingresso, a formação e os conhecimentos exigidos nos certames. Para análise dos dados, após a pesquisa nos sites oficiais das instituições e nos editais dos concursos, foi realizada a leitura dos dados encontrados e, posteriormente, reflexões sobre a atuação do pedagogo nesses espaços.

Palavras-chave: Pedagogia. Perfil profissional. Espaços não-formais.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Resumo das principais informações sobre as instituições pesquisadas.....página
43

LISTA DE SIGLAS

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem
CFE – Conselho Federal de Educação
CNE/CP – Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
CNPq – Conselho Nacional de Pesquisas
DCNP – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia
DETRAN-DF – Departamento de Trânsito do Distrito Federal
EAD – Educação a Distância
EB – Exército Brasileiro
ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
EME – Estado Maior do Exército
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
EPIA – Estrada Parque Indústria e Abastecimento
GEPFAPe – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Atuação de Professores/Pedagogos
IFB – Instituto federal de Brasília
INFRAERO – Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuário
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis
MEC – Ministério da Educação
METRÔ-DF – Agência de Transporte Metropolitano do Distrito Federal
MPU – Ministério Público da União
OBMEP – Olimpíada Brasileira de Matemática do Ensino Público
PIBIC – Projeto de Iniciação Científica
PNE – Plano Nacional de Educação
QCO – Quadro Complementar de Oficiais
QVT – Qualidade de Vida no Trabalho
ROI – Retorno do Investimento
SEDESTMIDH – Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos
SEDF – Secretaria de Educação do Distrito Federal
SISBIN – Sistema Brasileiro de Inteligência
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
TRT 10 – Tribunal Regional do Trabalho Décima Região
UnB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

PARTE I – MEMORIAL EDUCATIVO	xi
MEMORIAL EDUCATIVO.....	xii
Trajetória Acadêmica.....	xii
PARTE II – TRABALHO MONOGRÁFICO: ABRANGÊNCIA DA PEDAGOGIA.....	xv
INTRODUÇÃO.....	xvi
CAPÍTULO 1 – O QUE É PEDAGOGIA?.....	18
A educação enquanto objeto de estudo da pedagogia	19
O pedagogo em espaços não escolares	20
CAPÍTULO 2 – APRESENTAÇÃO DOS ESPAÇOS NÃO-FORMAIS EM QUE ATUAM PEDAGOGOS NO DF: PERFIL, ATIVIDADES E CONHECIMENTOS PARA INGRESSO	26
CAPÍTULO 3 – O PERFIL DO PEDAGOGO EM ESPAÇO NÃO-FORMAL	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
PARTE III – PERSPECTIVAS PARA O FUTURO	56
PERSPECTIVAS PARA O FUTURO	57
REFERÊNCIAS	58

PARTE I – MEMORIAL EDUCATIVO

MEMORIAL EDUCATIVO

Trajetória Acadêmica

Meu nome é José Soares da Silva Júnior. Estudei em escola pública desde 7 anos de idade. Meu ensino médio foi complementado com ensino técnico em eletrotécnica e, posteriormente, em microinformática. Minha primeira graduação foi em Processamento de Dados, hoje conhecida como Tecnologia da Informação. Após, fiz pós-graduação em redes de computadores com ênfase em intranet. Atuei como professor de Matemática do Ensino Médio na Fundação Educacional do Distrito Federal (hoje Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal) durante dois anos. Depois disso, atuei como professor de informática em escola de cursos de informática. Trabalho na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região - TRT10 e, durante alguns anos, fui responsável pela elaboração, divulgação e veiculação de matérias e notícias, principalmente sobre cursos e treinamentos realizados para magistrados e servidores, no Portal eletrônico da Escola Judicial. Depois disso, passei a ser responsável pela Escola Virtual (Ambiente Virtual de Aprendizagem-AVA) do TRT - 10, desenvolvendo atividades de coordenação, elaboração, contratação, acompanhamento, ajuste, criação e adequação de cursos na plataforma Moodle. Foi a partir desse momento que percebi a necessidade de conhecer com mais propriedade os processos de ensino e aprendizagem. Pensei em fazer pós-graduação em administração escolar, mas não fiz.

Decidi então, por meio do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, ingressar no Curso de Pedagogia na Universidade de Brasília - UnB. Após a aprovação no Exame, iniciei o curso de Pedagogia no primeiro semestre de 2015, com o propósito de aprender sobre saberes pedagógicos e processos de ensino e aprendizagem. Relato, a seguir, minha trajetória e as disciplinas cursadas, a partir de então.

No primeiro semestre a grade horária ofertada foi fechada, ou seja, não me foi possível fazer ajuste de matrícula. Cursei as disciplinas Oficina Vivencial, Perspectivas do Desenvolvimento Humano, Projeto 1 (Orientação Acadêmica Integral), Antropologia e Educação e Investigação Filosófica na Educação. Destaco que esse semestre me foi bastante esclarecedor sobre educação e processos de aprendizagem, as diferentes fases de maturidade desde o nascimento à idade adulta.

A partir do segundo semestre, até o final do curso, foi-me possível escolher quais disciplinas cursar. Essa possibilidade oportunizou-me montar minha grade de maneira mais condizente com minhas aspirações de aprendizado e disponibilidade de horário para assistir às

aulas. Nesse semestre cursei as disciplinas Projeto 2, História da Educação, O Educando com Necessidades Especiais, Práticas Mediáticas na Educação, Pesquisa em Educação 1 e Organização da Educação Brasileira. Aprendi como se organiza a educação brasileira, como se distribui a educação básica e a competência de cada ente federado nesse processo. Estudei os principais pensadores da história da educação e suas contribuições para o processo de ensino e aprendizagem. Também aprendi como lidar com estudantes que possuem diferentes necessidades especiais e o uso da mídia na educação. A disciplina Projeto 2 foi fundamental para a escolha do tema deste trabalho, oportunidade em que estudei sobre a identidade do pedagogo e suas possibilidades de atuação, inclusive com a apresentação de pedagogos convidados que atuam em espaços não-formais.

Já no terceiro semestre, as disciplinas por mim cursadas foram Didática Fundamental, Ensino e Aprendizagem da Língua Materna, Ensino de Ciências e Tecnologia 1, Oficina de Textos Acadêmicos, Cultura Organizacional, Aprendizagem e Desenvolvimento do PNEE e Projeto 3 – Fase 1. Aqui, aprendi a elaborar plano de aula, as origens da nossa língua e suas variações, como adequar a linguagem científica e seus textos para serem melhor entendidos, como elaborar textos acadêmicos e suas variações e a influência da cultura escolar no aprendizado. Iniciei minha participação no Projeto 3 Fase – 1 por meio do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Atuação de Professores/Pedagogos – GEPFAPE. Nessa fase, participei da elaboração e ajuste de questionários de pesquisa.

No quarto semestre cursei as disciplinas Psicologia da Educação, Sociologia da Educação, Orientação Educacional, Educação de Adultos, Educação matemática 1 e Projeto 3 – Fase 2. Nesta fase, participei da aplicação do questionário e tabulação dos dados gerados na pesquisa.

No quinto semestre as disciplinas que cursei foram escolarização de Surdos e Libras, História de Educação Brasileira, Educação Infantil, Processo de Alfabetização, Educação Matemática 2, Administração das Organizações Educativas e Projeto 3 – Fase 3. Dando continuidade, essa foi a fase da análise e validação dos dados da pesquisa. Utilizei alguns desses dados para participar do Projeto de Iniciação Científica - PIBIC.

No sexto semestre frequentei as disciplinas Educação em Geografia, Políticas Públicas de Educação, Orientação Vocacional, Projeto 4 – Fase 1. Nesta fase, realizei meu estágio obrigatório na Escola Classe da 113 Norte em duas turmas distintas de 1.º e 2.º anos do Ensino Fundamental, vinculada à Secretaria de Educação do Distrito Federal -SEDF. Realizei atividades de apoio pedagógico e observação em sala de aula, além de reger aulas de

diferentes conteúdos, das quais duas foram acompanhadas e supervisionadas pela professora orientadora do estágio.

No sétimo semestre, as disciplinas cursadas foram Filosofia da Educação, Ensino de História, Identidade e Cidadania, Educação a Distância, Avaliação nas Organizações Educativas, Psicologia Social na Educação e Projeto 4 – Fase 2. O estágio supervisionado obrigatório dessa Fase foi realizado no Instituto Federal de Brasília – IFB, na Coordenação Pedagógica. As atividades por mim desempenhadas, com a supervisão e acompanhamento das coordenadoras pedagógicas do IFB e da professora supervisora do Estágio, foram de acompanhamento de reuniões pedagógicas, orientação educacional de alunos, atendimento dos pais, participação de reuniões para elaboração do Plano Político Pedagógico, elaboração de avaliações de diagnóstico para alunos, correção de provas e seleção de alunos que participaram da Olimpíada Brasileira de Matemática do Ensino público – OBMEP.

Curso atualmente o oitavo semestre composto pelas disciplinas Oficina de Formação do Professor Leitor/Escritor, Desenho 1, Fundamentos da Arte na Educação, Educação e linguagens Tecnológicas, Seminário Trabalho Final de Curso, Inglês Instrumental e Projeto 5: Trabalho de Final de Curso.

Este Trabalho, portanto, tem como objetivo sistematizar e analisar os espaços de atuação do pedagogo na área de educação não-formal, disponibilizando, assim, informações para os profissionais que optaram pelo curso de Pedagogia, mas que não pretendem atuar em espaços escolares ou que desejam conhecer as oportunidades disponíveis para essa formação.

**PARTE II – TRABALHO MONOGRÁFICO:
ABRANGÊNCIA DA PEDAGOGIA**

INTRODUÇÃO

A pedagogia possui um campo diversificado de atuação, que abrange tanto a educação formal, regulamentada pela Resolução 02/2015 do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno- CNE/CP e pela Resolução CNE/CP 1/2006 (Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia - DCNP), quanto a educação não-formal, que perpassa os diversos ambientes de ensino que visam uma intencionalidade educacional formativa, porém, não seguindo, necessariamente, os parâmetros curriculares formais. Assim, pergunta-se que espaços não-formais ou formativos necessitam da atuação e do olhar do pedagogo e qual perfil profissional se exige deles? Destaca-se, para esse estudo, o pedagogo que atua nesses espaços não-formais e qual papel desempenha.

Este é um estudo de pesquisa exploratória. “Define-se pesquisa exploratória, na qualidade de parte integrante da pesquisa principal, como o estudo preliminar realizado com a finalidade de melhor adequar o instrumento de medida a realidade do que se pretende conhecer” (PIOVESAN; TEMPORINI, 1995, p. 321). Em outras palavras, a pesquisa exploratória, ou estudo exploratório, tem por objetivo conhecer a variável de estudo tal como se apresenta, seu significado e o contexto onde ela se insere. Por definição, a pesquisa exploratória tem como função preencher as lacunas que costumam aparecer em um estudo. Ela irá fornecer informações que ampliarão a familiaridade do profissional com o assunto do projeto e darão suporte à construção dos conceitos e hipóteses iniciais.

De maneira geral, as pesquisas exploratórias possuem métodos mais flexíveis, sem o uso de questionários detalhados ou amostragens muito complexas. De acordo com o que foi dito anteriormente, tem como objetivo o levantamento de informações e não a obtenção de conclusões estatísticas. Possui, ainda, como objetivo principal, a obtenção de insights e ideias.

Assim, para esta pesquisa exploratória, foi realizado um estudo sobre os diferentes espaços de atuação do Pedagogo no Distrito Federal por possuir em seu espaço geográfico diversas instituições públicas em que esse profissional exerce suas atividades. Optou-se por estas instituições pela publicidade dada nos processos seletivos, facilitando, assim, o acesso às informações pesquisadas. Para tanto, foram utilizadas três fontes principais: editais de concurso; sites dessas instituições e pesquisa no Google acadêmico. A pesquisa foi realizada utilizando palavras-chave como pedagogo, educação não-formal, educação não-escolar, pedagogia empresarial e educação corporativa. Após a pesquisa, foram selecionadas e relacionadas diferentes instituições em que o pedagogo atua, considerando qual papel desempenha, formação exigida e conhecimentos necessários para o ingresso no quadro de

peçoal. Como resultado dessa pesquisa, descobriu-se que existem diversas instituições nas quais o pedagogo atua com educação, tomando a empresa como um desses espaços no DF. Dentre estas, destaco algumas a seguir. Farei uma breve descrição da instituição, o perfil exigido do pedagogo, as atividades desenvolvidas e os conhecimentos exigidos para ingresso.

Este estudo se justifica por ser notório que a educação ocorre além do espaço escolar em diversos outros. Dentre estes, esse estudo se detém no espaço não-formal e/ou empresarial, que, em linhas gerais, educa de maneira complementar e contínua à educação formal, pois, acompanham a vida profissional (carreira) diversas demandas de treinamento que complementam a formação acadêmica sem, contudo, substituí-la. A depender do campo de atuação profissional, essas demandas podem ocorrer com maior ou menor periodicidade. E, nessas situações, há sempre a necessidade de analisar se os objetivos de aprendizagem são contemplados ou não, sob pena de se repetir necessidades de capacitação.

O objetivo geral do referente trabalho é, portanto, analisar instituições públicas que têm pedagogos em seus quadros funcionais tendo como objetivos específicos identificar em editais de concursos públicos para Pedagogo quais as atividades e os conhecimentos exigidos, os conhecimentos necessários, descrever as atividades desempenhadas e mapear as instituições que selecionam pedagogos para atuação em espaços não-escolares.

O presente trabalho é composto por três capítulos: o capítulo 1 define o que é Pedagogia, suas subdivisões e o perfil do pedagogo que atua nesses diferentes espaços de educação. O capítulo 2 apresenta instituições de atuação do Pedagogo em espaços não-formais, o perfil exigido, as atividades que realiza e os conhecimentos exigidos para ingresso. Por fim, o capítulo 3 traça o perfil do pedagogo nos espaços não-formais.

CAPÍTULO 1 – O QUE É PEDAGOGIA?

O curso de Pedagogia no Brasil teve sua primeira regulamentação em 1939, com a previsão de formação de bacharel em pedagogia. A lei n.º 4.024/61 (Lei de Diretrizes e Bases - LDB) regulamenta as licenciaturas. Somente a partir do Parecer do Conselho Federal de Educação - CFE 252/69 o curso de Pedagogia é reconhecido como licenciatura. Assim, segundo Libâneo, o campo de atuação do profissional formado em Pedagogia é tão vasto quanto são as práticas educativas na sociedade. Portanto, em todo lugar onde houver uma prática educativa com caráter de intencionalidade, há aí uma pedagogia (LIBÂNEO, 2010). Para esse autor a Pedagogia é uma área de conhecimento que investiga a realidade educativa, buscando explicar objetivos e maneiras de intervir de forma metodológica e organizativa em instâncias da atividade educativa referentes ao processo de transmissão e apropriação de saberes e modos de ação (LIBÂNEO, 2010).

Para o autor, não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar em que ela acontece(...) o ensino escolar não é a única prática. Defende ainda que a educação é um fenômeno plurifacetado, ocorrendo em muitos lugares, institucionalizados ou não, sob diversas modalidades. Em várias esferas da sociedade surge a necessidade de disseminação e internalização de saberes e modos de ação (conhecimentos, conceitos, habilidades, hábitos, procedimentos, crenças, atitudes), levando a práticas pedagógicas. Isso demonstra que cada vez mais acentua-se o poder pedagógico de vários agentes educativos formais e não-formais. Nesse contexto, pode-se afirmar que as empresas, bem como espaços informais, têm reconhecido ser necessária a formação geral como requisito para enfrentar os avanços da intelectualização do processo de produção em que o trabalhador não pode mais ser improvisado (LIBÂNEO, 2010).

E o que é ser pedagogo?

Pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana previamente definidos em sua contextualização histórica (LIBÂNEO, 2010, pág. 33).

Ou seja, o Pedagogo tem sua identidade profissional reconhecida no modo de atuar nas mais variadas atividades educacionais (referentes ao sistema educacional) e educativas (que dizem respeito à atividade de educar, que envolve objetivos e meios de educação e de instrução). O trabalho pedagógico, portanto, perpassa o trabalho escolar e, também, o docente, pois a identidade profissional do educador é a ação docente referenciada na ação pedagógica.

O curso de Pedagogia, explica Libâneo, deve formar o pedagogo stricto sensu, ou seja, um profissional qualificado para atender demandas socioeducativas de tipo formal e não-formal e informal (LIBÂNEO, 2010). Essa caracterização faz-se necessária, pois distingue o pedagogo do profissional docente, considerado como pedagogo lato sensu. A distinção básica entre trabalho pedagógico e trabalho docente está na ampla atuação profissional em práticas educativas do pedagogo, enquanto que o trabalho docente se relaciona ao trabalho pedagógico desenvolvido em sala de aula.

Pedagogia, nessa perspectiva, é definida pelo autor como “o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação, do ato educativo, da prática educativa concreta que se realiza na sociedade” (LIBÂNEO, 2010, p. 30).

A educação enquanto objeto de estudo da pedagogia

A partir dessas definições, é possível inferir que existem diferentes modalidades de práticas educativas, dentre as quais distinguem-se a educação informal, não-formal e formal.

O próprio Libâneo assim as define:

A educação informal corresponderia a ações e influências exercidas pelo meio, pelo ambiente sociocultural, e que se desenvolve por meio das relações dos indivíduos e grupos com seu ambiente humano, social, ecológico, físico e cultural, das quais resultam conhecimentos, experiências práticas, mas que não estão ligadas especificamente a uma instituição, nem são intencionais e organizadas. A educação não-formal seria a realizada em instituições educativas fora dos marcos institucionais, mas com certo grau de sistematização e estruturação. A educação formal compreenderia instâncias de formação, escolares ou não, onde há objetivos educativos explícitos e uma ação intencional institucionalizada, estruturada, sistemática. (LIBÂNEO, 2010, p. 31).

Para esse autor, a educação possui duas modalidades distintas: intencional e não-intencional. A primeira subdivide-se em formal e não-formal. Educação formal seria aquela estruturada, organizada, planejada intencionalmente, sistemática. Já a educação não-formal, que também tem caráter intencional, possui baixo grau de estruturação e sistematização, implica relações pedagógicas, porém não formalizadas. Educação não-intencional é definida pelo autor como informal ou educação paralela, pois não possui planejamento, não é sistematizada. Ocorre de modo difuso.

Gohn (2010), por sua vez, trabalha com um conceito amplo de educação, envolvendo campos diferenciados da educação formal, informal e não-formal. Para este autor, a educação não-formal é muito diferente da educação informal. Caracteriza a educação formal como a que é desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; educação não-

formal é a que se aprende

“no mundo da vida”, por meio dos processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianos; e educação informal é aquela na qual o aprendizado ocorre durante o processo de socialização (GOHN, 2010, p. 16).

Destaca a autora (GOHN, 2010) que “o aprendizado gerado e compartilhado na educação não formal não é espontâneo porque os processos que o produzem têm intencionalidades e propostas”.

Há, portanto, na educação não-formal, uma intencionalidade na ação de aprender e de transmitir ou trocar saberes.

Nesse estudo, optou-se pelo conceito de educação não-formal adotado por Gohn, por estar mais próximo da atuação do pedagogo que atua nas instituições públicas analisadas neste trabalho.

O pedagogo em espaços não escolares

De acordo com Ribeiro (2003) “a pedagogia empresarial caracteriza-se como uma das possibilidades de atuação do pedagogo”. Ferreira (1985), afirma que “um dos propósitos da Pedagogia na Empresa é a de qualificar todo o pessoal da organização nas áreas administrativas, operacional, gerencial, elevando a qualidade e produtividade organizacionais” (FERREIRA, 1985, 74 *apud* RIBEIRO, 2003, p.9). Assim, o pedagogo deve considerar a empresa como um espaço educativo, de aprendizagem, e que cabe à Pedagogia buscar estratégias e metodologias de ensino que assegurem uma aprendizagem efetiva, considerando os objetivos definidos e propostos nas ações educativas. Portanto, necessário se faz que ensino e aprendizagem sejam indissociáveis para possibilitar melhorias na formação profissional e não somente na atuação profissional.

Ribeiro, sobre essa visão, afirma que

a busca de estratégias de formação mais efetiva justifica-se na medida em que a transmissão pura e simples de conhecimentos técnicos aos profissionais não basta para garantir um desempenho mais adequado tanto para os profissionais (...) quanto para a empresa (...) (RIBEIRO, 2003, p. 19).

Ou seja, não basta apenas que os conteúdos sejam transmitidos para assegurar que houve aprendizado e, assim, melhorar o desempenho profissional na instituição. O pedagogo, portanto, que atua na empresa precisa ter sensibilidade suficiente para perceber quais estratégias podem ser usadas e em que circunstâncias (RIBEIRO, 2003), evitando –se, com isso, desperdício de tempo sem que se atinja os propósitos de formação propostos pela

empresa. Ainda segundo Ribeiro:

cabe ao pedagogo empresarial auxiliar no desenvolvimento de instrumentos e capacitação quanto à observação sistemática do funcionário, à obtenção de dados e informações a respeito dos funcionários em termos de seu desempenho, assim como da proposição de medidas com vistas a corrigir os desvios constatados (RIBEIRO, 2003, p. 56).

Foi a partir dos anos 1990 que as organizações começaram a perceber que o índice de produtividade unido a um projeto de capacitação estratégica por meio de sua gestão de pessoas é possível haver resultados satisfatórios nas produções, investindo no treinamento e desenvolvimento. As organizações começam a ter uma demanda grande de conhecimento alcançando seus colaboradores, exigindo, assim, mais eficiência, praticidade e qualidade. Mas, para que essas potencialidades se tornem evidentes, tem de haver um projeto de capacitação estratégica formulado por um pedagogo.

A atuação do pedagogo, neste sentido, levará subsídios metodológicos onde ainda é pouco desenvolvido, levando ainda com transmissão de valores, missões e culturas da organização. Considerando-se, ainda, os vínculos entre educação e economia, as mudanças recentes no capitalismo internacional colocam novas questões para a Pedagogia. O mundo assiste hoje a intensas transformações tecnológicas em vários campos como a informática, a microeletrônica, a bioenergética. Essas transformações tecnológicas e científicas levam à introdução, no processo produtivo, de novos sistemas de organização do trabalho, mudanças no perfil profissional e novas exigências de qualificação dos trabalhadores, que acabam afetando os sistemas de ensino (LIBÂNEO 2005, p.28).

Assim, o pedagogo auxilia nas competências dos colaboradores formando alunos aprendizes, pesquisadores e cidadãos, ajudando, dessa forma, a formação de opiniões e no seu desenvolvimento social. Na sociedade do conhecimento, da tecnologia, da aprendizagem, a atuação do pedagogo nas organizações é fundamental para o crescimento da organização e dos colaboradores. É um momento delicado de trabalho que se está passando, onde em alguns casos o trabalhador é substituído por máquina, tendo que encarar o mundo tecnológico e desenvolvido, buscando cada dia mais conhecimento.

É imprescindível haver o convencimento dos representantes das instituições empresariais de que é necessária a busca pelo aprendizado, pela educação continuada, que só trará benefícios e produtividade para as organizações. A ação educativa está presente em todos os setores de nossa sociedade, e desta forma se confirma o caráter de “formadora de força de trabalho”, previsto inclusive em nossa Constituição Federal: Art. 205 “A educação,

direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. ”

Pimenta (2001) levanta discussões sobre os Cursos de Complementação Pedagógica, e aponta indicativas para a formação do pedagogo cientista-educacional, como sendo um profissional que atue como gestor/ pesquisador/ coordenador de diversos projetos educativos, dentro e fora da escola: pressupondo sua atuação em atividades de lazer comunitário; em espaços pedagógicos nos hospitais e presídios; na formação de pessoas dentro das empresas; que saiba organizar processos de formação de educadores de ONGs; que possa assessorar atividades pedagógicas nos diversos meios de comunicação como TV, rádio, Internet, quadrinhos, revistas, editoras, tornando mais pedagógicas as campanhas sociais educativas sobre violência, drogas, AIDS, dengue; que estejam habilitados à criação e elaboração de brinquedos, materiais de autoestudo, programas de educação a distância; que organize, avalie e desenvolva pesquisas educacionais em diversos contextos sociais; que planeje projetos culturais e afins. Essas implicações levam a não contratação dos profissionais pedagogos. Ou seja, há um predomínio de profissionais que são formados em economia, administração, psicologia, serviço social, com pensamentos que decorrem de conceitos já estabelecidos.

Tendo em vista a estrutura totalizadora, vemos o capitalismo afirmando sua supremacia perante a produção de conhecimentos, por exemplo, e para a perfeita manutenção do capitalismo, há a estreita participação da educação “ajustando” os indivíduos para o trabalho. Neste contexto, o pedagogo, em princípio, aparece apenas como reforçador da hegemonia do capital, mas, graças à sua formação ampliada na área das ciências humanas, ele exerce uma grande força contrária a este caráter opressor capitalista. É o pedagogo que, por meio de conceitos libertadores, pode estimular o trabalhador ou o aluno a realizar sempre uma reflexão crítica acerca da realidade. Paulo Freire (2002) em “Pedagogia do Oprimido” reforça uma educação problematizadora e reflexiva, indispensável para o desvelamento da realidade e é, a nosso ver, a educação que o pedagogo deve contemplar com os princípios de educação popular; ter competência e habilidade para planejar, organizar, liderar, monitorar, empreender.

A resposta que pode ser dada para que o pedagogo atue em lugares em que outros profissionais predominam, é por sua formação acadêmica. Dessa maneira, verifica-se que é bem conexa a responsabilidade que a Universidade não apenas acompanhe a reboque as densas e rápidas modificações que estão ocorrendo, principalmente se antecipe, na formação de profissionais da educação com o perfil e as qualificações exigidas pela sociedade do século XXI. É válido salientar que esta é uma obra desestabilizadora no que concernem, em

particular, às intencionalidades dos currículos e os programas da Universidade. As mudanças das reformas dos anos 1980 e 1990 apresentam novos desafios para o curso de Pedagogia e percebe-se que estas alterações legais associadas às transformações e cobranças sociais fizeram com que a atuação do Pedagogo superasse as fronteiras das escolas e cargos executivos (Ministério, Secretarias e Diretorias).

Assim, o pedagogo tem seu campo de atuação ampliado para outras instituições que não são necessariamente voltadas para a educação formal, pois as alterações realizadas no currículo do curso de Pedagogia habilitam o pedagogo para exercer suas atividades em diferentes espaços. Há duas décadas, nas várias organizações científicas e profissionais de educadores, tem-se debatido em todo o país, questões relativas ao campo de estudo da Pedagogia, da identidade do pedagogo, do sistema de formação de pedagogos, da estrutura do conhecimento pedagógico (LIBÂNEO, 2005, p. 56).

No currículo do curso de Pedagogia, tem-se buscado uma formação que prepare o pedagogo para enfrentar desafios dentro das escolas, alinhando essa formação às necessidades e mudanças no mercado profissional. Percebe-se, portanto, que o perfil se enquadra também em espaços não-escolares. Perrenoud apud Ribeiro (2003), comenta que na atuação do pedagogo em empresas, é imprescindível que obedeça a um perfil alinhado às novas exigências sociais que estão atreladas a uma formação pautada no desenvolvimento de competências e habilidades do que na dominação teórica. A atuação do pedagogo na empresa tem como pressuposto principal a filosofia e a política de recursos humanos adotados pela organização. Daí o cuidado para não imaginar que o treinamento tem um fim em si mesmo ou que a postura a adotar na empresa é a mesma a ser adotada em uma escola (RIBEIRO, 2003, p. 09-10).

Percebe-se, com o que Franco (2001) destaca sobre a formação e capacidades do pedagogo, que neste momento histórico da Pedagogia começam a ser quebrados antigos paradigmas sobre o perfil de formação e atuação do pedagogo, e começa a surgir um novo pedagogo com uma nova visão. Como a Pedagogia trata da educação e o campo educativo é muito vasto, pois a educação ocorre em muitos lugares e sobre diversas modalidades, há também uma diversidade de pedagogias e não apenas a pedagogia escolar. Atualmente o curso de Pedagogia em âmbito nacional passa por um momento de reformulação e elaboração de suas Diretrizes Curriculares a partir da publicação da Resolução CNE/CP nº01 de 15 de maio de 2006. Essas reformulações consideram também que a prática e atuação do pedagogo não acontece somente em espaços escolares, transcende-os.

Há também a intervenção do pedagogo na área de Recursos Humanos em que são

desenvolvidas dinâmicas de grupos, jogos de desenvolvimento de equipes e outros (DATNER, 2006), resultando em melhores relações interpessoais no trabalho, tornando-o, assim, um ambiente saudável. Têm como principal objetivo apaziguar conflitos de relacionamento onde as pessoas poderão exprimir suas angústias e aflições, trocar informações e estabelecer um momento de descontração e interação. Vale enfatizar, reiteradamente, que as relações interpessoais no grupo são tão ou mais importantes do que a qualificação individual para as tarefas. Se os membros se relacionam de maneira harmoniosa, com simpatia e afeto, as probabilidades de colaboração aumentam muito, a sinergia pode ser atingida e resultados produtivos surgem de modo consistente (MOSCOVICI, 2003, p 47).

A Pedagogia vem de encontro ao aperfeiçoamento das relações nesta fase de reorganização do ambiente organizacional e de gestão das pessoas. Ribeiro descreve:

considerando-se a Empresa como essencialmente um espaço educativo, estruturado como uma associação de pessoas em torno de uma atividade com objetivos específicos e, portanto, como um espaço também aprendente, cabe à Pedagogia a busca de estratégias e metodologias que garantam uma melhor aprendizagem/apropriação de informações e conhecimentos. (RIBEIRO, 2003, p. 9).

Ou seja, o pedagogo, em sua atuação nesse espaços, deverá, portanto, fazer uso de técnicas como discurso, conferências, diálogos e utilização de audiovisuais para estimular as pessoas a expandir sua capacidade criativa e obter os resultados que realmente as satisfaçam, desenvolvendo um pensamento sistêmico e abrangente, criando a troca de conhecimento em grupo. Os adultos aprendem mais facilmente em ambientes descontraídos, motivados e lúdicos, só aprendem o que querem e gostam de serem orientados, antes de serem avaliados e criticados. Quando o ambiente, o clima organizacional e os conflitos estão coesos entre membros da organização, é verificado que o indivíduo precisa administrar todo esse envolvimento, por conseguinte, trabalhar tranquilo e com produtividade, e o mais importante, com prazer de fazer suas atividades bem-feitas. Para tanto, "É todo um clima da própria empresa que favorece a própria criatividade e autonomia" (GADOTTI apud RIBEIRO, 2000, p.217).

A atuação do pedagogo em espaços não-formais pode contribuir para o domínio de conhecimentos, técnicas e práticas que, somadas à experiência dos profissionais de outras áreas, contribua como um instrumento importante para o desenvolvimento da aprendizagem significativa. Nota-se, portanto, que o campo de atuação do profissional formado em Pedagogia é bastante amplo e que também existe, na educação não-formal, uma intencionalidade na ação de aprender e de transmitir ou trocar saberes, como será mostrado no

próximo capítulo, com a análise da atuação do pedagogo em espaços não-formais.

CAPÍTULO 2 – APRESENTAÇÃO DOS ESPAÇOS NÃO-FORMAIS EM QUE ATUAM PEDAGOGOS NO DF: PERFIL, ATIVIDADES E CONHECIMENTOS PARA INGRESSO

Aqui serão apresentadas diferentes instituições, localizadas no DF, em que o pedagogo atua, considerando qual papel desempenha, formação exigida e conhecimentos necessários para o ingresso no quadro de pessoal.

Uma dessas instituições é a **Agência Brasileira de Inteligência (ABIN)**, um órgão da Presidência da República, vinculado ao Gabinete de Segurança Institucional, responsável por fornecer ao presidente da República e a seus ministros informações e análises estratégicas, oportunas e confiáveis, necessárias ao processo de decisão.

Na condição de órgão central de um sistema que reúne 38 integrantes – o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) –, a ABIN tem por missão assegurar que o Executivo Federal tenha acesso a conhecimentos relativos à segurança do Estado e da sociedade, como os que envolvem defesa externa, relações exteriores, segurança interna, desenvolvimento socioeconômico e desenvolvimento científico-tecnológico.

Para cumprir essa missão institucional, os profissionais de inteligência produzem conhecimentos estratégicos por meio da análise de fatos, eventos ou situações que permitam a identificação de oportunidades e ameaças relacionadas à proteção das fronteiras nacionais, à segurança de infraestruturas críticas, à contraespionagem, ao terrorismo, à proliferação de armas de destruição de massa, a políticas estabelecidas com outros países ou regiões, à segurança das informações e das comunicações, à defesa do meio ambiente, à proteção de conhecimentos sensíveis produzidos por entes públicos ou privados, entre outros assuntos.

A ABIN constitui-se em órgão de Estado permanente, partidário e apolítico, com atuação nacional e representações no exterior. A Agência foi criada pela lei 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e, condizente com suas atribuições legais e sua missão institucional, não é responsável pela condução de investigações criminais.

Como requisitos para ingresso do Pedagogo, de acordo com o edital nº 1–Abin, de 02 de janeiro de 2018, é necessário diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de ensino superior em Pedagogia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, e registro profissional no órgão de classe competente, se existente primeira etapa, de caráter eliminatório e classificatório, constituir-se-á de provas objetivas de conhecimentos gerais e específicos e de prova discursiva.

O pedagogo desenvolve segundo o EDITAL Nº 1–ABIN, DE 02 DE JANEIRO DE 2018 nessa instituição, atividades de planejamento, execução, coordenação, supervisão e

controle das atividades de gestão técnico-administrativas; suporte e apoio logístico à produção de conhecimentos de inteligência, às ações de salvaguarda de assuntos sensíveis; operações de inteligência; atividades de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, direcionadas à obtenção e análise de dados e à segurança da informação; atividades de construção e manutenção de prédios e outras instalações; desenvolve recursos humanos para a gestão técnico-administrativa e apoio logístico da atividade de inteligência; também desenvolve e opera máquinas, veículos, aparelhos, dispositivos, instrumentos, equipamentos e sistemas necessários às atividades técnico-administrativas e de apoio logístico da atividade de inteligência. Sua jornada de trabalho é 40 horas semanais.

Os conteúdos exigidos na prova escrita são de planejamento de ensino, planejamento curricular, didática, formulação de objetivos de ensino; taxonomia de objetivos educacionais: taxonomia de Bloom, recursos de ensino, metodologia de ensino, avaliação da aprendizagem (montagem de provas; tipos de itens; critérios para dosagem de conteúdo e para valoração de questões); habilidades e competências; elaboração de projetos pedagógicos, tecnologia da educação, educação a distância, estatísticas educacionais, educação corporativa projeto pedagógico, metodologia de ensino e avaliação de processo de ensino. A remuneração inicial é de R\$ 15.312,74.

Outra instituição em que o pedagogo no Distrito Federal atua é no **Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN-DF**, que é uma entidade autárquica que integra o Sistema Nacional de Trânsito, possui Personalidade Jurídica de Direito Público e autonomia administrativa e financeira, é vinculado à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, regida pela legislação federal sobre trânsito, por seu regimento próprio e demais normas baixadas pelo Distrito Federal. Tem como objetivo “proporcionar segurança e fluidez do trânsito viário à sociedade, contribuindo para melhor qualidade de vida.”

De acordo com o EDITAL Nº 1 - SEPLAG/DETRAN, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2008. O ingresso se dá por meio de concurso público no cargo de analista de trânsito - área: pedagogo, exigindo-se como requisito obrigatório diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior em Pedagogia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

O cargo de Analista de Trânsito - especialidade: Pedagogo desenvolve atividades de planejamento, coordenação, controle, avaliação e execução de atividades de diagnóstico das ações desenvolvidas pelo DETRAN-DF; utiliza recursos pedagógicos e técnicas especiais para obter um perfil completo do desenvolvimento de crianças, adolescentes e adultos atendidos pelo DETRAN-DF; coordena processos de identificação de interesses; elabora e

executa planos de atividades socioeducativas e culturais; participa de programas de treinamentos que envolvam conteúdos relativos à área de atuação; assessora atividades específicas de Pedagogia; executa outras atividades de interesse da área. Também exerce plenamente o poder de polícia administrativa de trânsito em todo o Distrito Federal, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997. A remuneração inicial é de R\$ 5.849,75, para uma jornada de trabalho de quarenta horas semanais.

Exige-se, na prova de seleção, conhecimentos sobre Fundamentos da educação, Relação educação e sociedade: dimensões filosófica, sociocultural e pedagógica; Bases legais da educação nacional: Constituição da República, LDB (Lei n.º 9.394/96) e Parâmetros Curriculares Nacionais; Desenvolvimento histórico das concepções pedagógicas; A supervisão: concepção e prática, Liderança e relações humanas no trabalho: tipos de liderança, mecanismos de participação; normas e formas organizativas facilitadoras da integração grupal; Organização do trabalho na escola pública: articulação da ação supervisora com as diferentes instâncias e agentes educativos na construção da cidadania e na melhoria da qualidade do ensino; Pesquisa participante como instrumento de inovação e de avaliação do ensinar e aprender; Papel político pedagógico e organicidade do ensinar, aprender e pesquisar. Função sociocultural da escola; Escola: comunidade escolar e contextos institucional e sociocultural; Processo de planejamento: concepção, importância, dimensões e níveis, Projeto político-pedagógico da escola: concepção, princípios e eixos norteadores; Gestão educacional decorrente da concepção do projeto político-pedagógico; Planejamento participativo: concepção, construção, acompanhamento e avaliação; Comunicação e interação grupal no processo de planejamento: constituição de equipes, encontros e avaliações sistemáticas, capacitação de pessoal para o planejamento, constituição de grupos de estudo, aplicação de critérios na distribuição de tarefas, articulação com outros grupos sociais; Currículo e construção do conhecimento; Processo de ensino- aprendizagem, Relação professor/aluno; Bases psicológicas da aprendizagem, Planejamento de ensino em seus elementos constitutivos: objetivos e conteúdos de ensino; métodos e técnicas; multimídia educativa e avaliação educacional, Metodologia de projetos: um caminho entre a teoria e a prática, Interdisciplinaridade e globalização do conhecimento, Análise de dificuldades, problemas e potencialidades no cotidiano escolar em sua relação com a sociedade concreta e Educação continuada dos profissionais da escola.

O pedagogo também desenvolve atividades na **Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos**

(SEDESTMIDH), criada pelo Decreto nº 36.832/2015, e é um dos órgãos de gestão da administração pública do Governo do Distrito Federal. Sua estrutura organizacional é formada pelo Gabinete, pelas Secretarias Adjunta do Trabalho, de Desenvolvimento Social e de Políticas para Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. É responsável pela execução das políticas de Assistência Social, Transferência de Renda e de Segurança Alimentar e Nutricional, Gestão do Sistema Único de Assistência Social e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito do DF, além da avaliação e gestão da informação, fomento de parcerias e articulações de rede.

Seu objetivo primordial é garantir e efetivar o direito à proteção social para a população em situação de vulnerabilidade e risco social, por meio da oferta de serviços e benefícios que contribuam para o enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, o provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais, com o desenvolvimento de potencialidades, da autonomia, do empoderamento das famílias e da ampliação de sua capacidade protetiva. Na área do trabalho, tem entre suas competências gerir o sistema público de emprego; qualificação social e profissional, formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional para os beneficiários dos programas sociais e grupos sociais vulneráveis; financiamento para pequenos empreendimentos urbanos e rurais; apoio a iniciativas de micro e pequenos empreendedores individuais ou organizados em associações e cooperativas; ações para os setores da economia solidária, com vistas à geração de trabalho e renda; acompanhamento sistemático do mercado de trabalho no Distrito Federal, além da busca por condições de trabalho dignas para a população.

Outra área de atuação primordial é na elaboração e promoção de políticas voltadas para segmentos historicamente invisibilizados nas políticas públicas – mulheres, populações negra, indígena, cigana e minorias étnicas; pessoas com deficiência, idosos, pessoas em situação de rua e comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros - LGBT, visando uma Brasília que saiba conviver, respeitar e incluir.

Para ingressar como pedagogo nessa instituição é necessário possuir diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Pedagogia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação. A jornada de trabalho é de 30 horas semanais com vencimento básico inicial de R\$ 3.599,70 (três mil quinhentos e noventa e nove reais e setenta centavos).

O cargo de Especialista em Assistência Social–Especialidade: Pedagogia, conforme consta no edital Nº 01–SEDESTMIDH, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2018,

desenvolve atividades de planejamento, coordenação, execução, monitoramento, supervisão e avaliação de atividades que demandem conhecimentos especializados relacionados à área de Pedagogia, utilizando recursos pedagógicos e técnicas específicas da área com ênfase nas ações e processos socioeducativos para atuação nas diversas unidades do órgão.

Os conteúdos exigidos nessa área de atuação do Pedagogo são Administração da Educação e Comunidade; Concepções e Modalidades de Educação: abordagens, funcionalista e dialética; as instituições pedagógicas: educação formal e não formal; Conceitos de comunidade e concepções de desenvolvimento; A administração de projetos educativos comunitários, e integração escola-comunidade e auto-organização da comunidade; Planejamento, questão e avaliação de programas educativos comunitários, Planejamento participativo. Cultura Organizacional: Fundamentos da Cultura Organizacional: conceituação, histórico/evolução, situação atual; Diferença entre Cultura Organizacional e Administração; Categorias de Análise da Cultura Organizacional: poder, valores, clima, comprometimento, qualidade de vida no trabalho, gestão de desempenho, gestão de competência; Desafios na formação do educador: Fundamentos teóricos norteadores de diferentes concepções de formação do educador numa perspectiva estratégica da sociedade brasileira; Desafios produzidos pela sociedade tecnológica na formação do educador: formação básica, habilitações de licenciaturas, dicotomias na formação do educador; Mercado de trabalho; Questões do analfabetismo, evasão escolar, educação de adultos, universidade noturna, educação a distância; Legislação sobre educação e formação do educador no Brasil a partir de 1960; Questão da educação pública e privada; Direito Educacional: A legislação do ensino brasileiro: Constituição Federal, Capítulo III da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I da Educação; Lei nº 9.394/1996 (Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Gestão Democrática, Os princípios e a filosofia da educação brasileira; Educação e Trabalho: Conceito original de educação, Evolução histórica do processo educativo para identificação atual dos vários Espaços educativos, inclusive a organização do trabalho, Desafios atuais da transdisciplinariedade na prática educativa, Conceitos de trabalho, Relação entre educação e trabalho: pressupostos teóricos, Educação e trabalho no Brasil: o processo de construção das ideias e principais contribuições, Educação do trabalhador em profissões e ambientes de trabalho emergentes. Formação profissional; Polivalência, especialização; Grupo multiprofissional, Certificado ocupacional e Metodologias educacionais centradas no trabalho.

Na **Companhia do Metropolitan do Distrito Federal -METRÔ-DF** também possui Pedagogo em seu quadro de servidores. O METRÔ-DF tem por objetivo planejar, projetar,

construir, operar e manter o sistema de transporte público coletivo sobre trilhos no Distrito Federal, assim como explorar comercialmente marcas, patentes, tecnologia e serviços técnicos especializados, vinculados ou decorrentes de sua atividade produtiva; organizar, fiscalizar, administrar e explorar as áreas lindeiras às vias metroviárias, absorvendo os recursos provenientes de atividades comerciais e imobiliárias nelas desenvolvidas. Seu projeto é composto por 29 estações, das quais 24 estão em funcionamento. Com uma frota de 32 trens, transporta em média 160 mil passageiros por dia. Toda a via tem extensão de 42,38 km e liga a região administrativa de Brasília à de Ceilândia e Samambaia, passando pela Asa Sul, Setor Policial Sul, Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIA), Guará, Park Way, Águas Claras e Taguatinga.

Como requisito de formação acadêmica é necessário possuir diploma, devidamente registrado, de bacharel em Pedagogia, expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação e registro profissional no respectivo Conselho ou órgão competente, se for o caso. O Pedagogo tem como papel, nesta instituição, participar das atividades de nível superior de pedagogia, relativas ao desenvolvimento e capacitação profissional dos empregados do METRÔ-DF. Além disso, participa da elaboração de planos e programas que envolvem levantamento de necessidades de capacitação profissional, cursos, processo de formação profissional, avaliação de métodos de treinamento e desempenho profissional, captação de recursos humanos, materiais didáticos e demais aplicações pedagógicas. Também executa outras tarefas correlatas da mesma natureza e nível de complexidade. O salário mensal é de R\$ 6.480,00 (seis mil, quatrocentos e oitenta reais), para ingresso no nível júnior - padrão I – etapa A, e carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

São exigidos, no certame para ingresso, de acordo com o EDITAL N.º 1– METRÔ - DF, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013 conhecimentos sobre organizações e o trabalho, Administração mercadológica, Fenômenos sociais nas organizações, O comportamento humano nas organizações, Sustentabilidade organizacional, Cultura organizacional e aprendizagem nas empresas; Gestão estratégica de pessoas; Gestão empreendedora, Políticas estratégicas de gestão de pessoas, Modelos de gestão e informação para processos de tomada de decisão, Motivação, criatividade e trabalho em equipe, Avaliação de desempenho; Planejamento e desenvolvimento de pessoas, Administração de projetos, Atração e retenção de talentos, Comportamento organizacional, Levantamento de necessidades por competência, Programas de treinamento, desenvolvimento e educação, Gestão do conhecimento, Educação corporativa, Estratégias de desenvolvimento da cadeia de valor, Técnicas de desenvolvimento de pessoas, Espaços de compartilhamento de conhecimento; Gestão da qualidade nas

organizações, Conceito de qualidade, Indicadores de qualidade, Passos para implantação, Qualidade de vida no trabalho – QVT; Processos de comunicação no trabalho, Comunicação, cultura e desenvolvimento humano, Relacionamento e comunicação, Habilidades de comunicação (habilidades de transmissão, escuta e feedback) e barreiras na comunicação eficaz, Dinâmicas de grupo aplicadas ao trabalho (técnicas de entrevista, dinâmicas de interação grupal, de identificação de líderes), Gestão de conflitos; Desenvolvimento de estratégias de competência, Liderança em custos, diferenciação, enfoque ou alta segmentação, Planejamento estratégico, Metodologias para mapeamento das competências; Metodologia da pesquisa aplicada ao ambiente organizacional, Pesquisa aplicada ao ambiente organizacional, Pesquisa operacional, Instrumentos qualitativos e quantitativos, Avaliação institucional e potencialização do desenvolvimento humano, Avaliação do Retorno do Investimento (ROI), Metodologia Phillips ROI; Educação corporativa, Desenvolvimento, aprendizagem e gerenciamento de competências e saberes do profissional, Prática educativa no treinamento e desenvolvimento de pessoas, Capacitação em serviço e treinamento pedagógico nas empresas, Plano permanente de desenvolvimento de pessoal, Gestão do conhecimento, Desenvolvimento de projetos pedagógicos para as organizações; Formação corporativa continuada mediada pelas tecnologias de informação e comunicação, Educação profissional e educação a distância, E-learning, Norma ISO 10.015 –Gestão da Qualidade –Diretrizes para treinamento.

Também há atuação do Pedagogo, no quadro de pessoal permanente, **na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT**. A empresa realiza importante função de integração e de inclusão social, papel indispensável para o desenvolvimento nacional. Na composição do seu faturamento, auferi 54,3% da receita com os serviços exclusivos (carta, telegrama e correspondência agrupada), de modo que a reserva de mercado desses três serviços é fator essencial para a sobrevivência e para a garantia da universalização dos serviços postais.

Lado a lado com a vertente social, os Correios oferecem soluções, com tecnologia de ponta, para atender às necessidades de comunicação das empresas e instituições em um mercado cada vez mais competitivo. É o caso do Sedex, criado em 1982, que se tornou um dos principais produtos da empresa e lidera o setor de encomendas expressas no Brasil. Nos últimos anos, o serviço passou a contar com outras modalidades, como o Sedex 10, Sedex 12, Sedex Hoje e Sedex Mundi, agilizando ainda mais a entrega de encomendas.

Devido à forte capilaridade da empresa, a prestação de serviços financeiros nas agências dos Correios constitui-se, cada vez mais, numa importante contribuição para a inclusão bancária de milhões de brasileiros. Desde a criação do Banco Postal, milhares de

pessoas, que antes tinham que se deslocar para uma cidade vizinha para realizar uma simples operação bancária, agora contam com a comodidade de tudo poder ser feito na própria cidade onde moram.

Impulsionados pelas mudanças tecnológicas, econômicas e sociais, os Correios iniciaram em 2011 um profundo processo de modernização. Com a sanção da Lei 12.490/11, a empresa teve seu campo de atuação ampliado e foi dotada de ferramentas modernas de gestão corporativa para enfrentar a concorrência com a prestação de serviços mais ágeis e eficientes para toda a sociedade.

Com a nova lei, os Correios podem atuar no exterior e nos segmentos postais de serviços eletrônicos, financeiros e de logística integrada; constituir subsidiárias, adquirir controle ou participação acionária em empresas já estabelecidas e firmar parcerias comerciais que agreguem valor a sua marca e a sua rede de atendimento.

Essa nova postura contribuirá para que a ECT se torne uma empresa de “classe mundial”, destacada por suas práticas e resultados, à altura da confiança que o cidadão brasileiro sempre depositou nos Correios.

Para ingressar no quadro, exige-se diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em Pedagogia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo órgão competente. O salário-base é de R\$ 3.211,58 com uma jornada de trabalho de 44 horas semanais.

O cargo de Analista de Correios – Especialidade: Pedagogo, tem como atribuições propor melhorias nos processos utilizando instrumentos, equipamentos e sistemas para atender os padrões de qualidade, produtividade, segurança e exigências tecnológicas inerentes a sua área de atuação; Prestar assessoramento técnico inerente a sua atividade, orientando a aplicação dos conhecimentos e documentos normativos da área, propondo medidas alternativas, preventivas e corretivas para subsidiar a tomada de decisão, suprir as necessidades e garantir o alcance das metas e dos indicadores da área; 3. Disseminar conhecimentos técnicos, utilizando normas e legislações aplicáveis, emitindo considerações, transmitindo ocasionalmente informações e orientações a público específico para melhoria contínua dos processos de trabalho; Elaborar documentos (relatórios, pareceres, ofícios, cartas, planilhas e outros) aplicando normas técnicas e os padrões estabelecidos pela empresa, relatando ocorrências, emitindo considerações técnicas conclusivas, propondo novas ações para subsidiar a tomada de decisões e gerar acervo documental; Realizar auditoria técnica na sua área de atuação, verificando os procedimentos, as normas e legislações aplicadas, identificando não conformidades para propor medidas corretivo preventivas e garantir a

melhoria contínua dos processos; Acompanhar o cronograma da execução de projetos, aplicando normas e monitorando prazos e ações para o alcance dos objetivos organizacionais; Executar outras atribuições de mesma natureza e complexidade que compõem as atividades da sua área de atuação, para atender o plano de trabalho estabelecido pela Empresa.

Os conteúdos exigidos no concurso de seleção, em conformidade com o EDITAL N° 13 – ECT, DE 24 DE MARÇO DE 2011, abrangem Didática da educação: planejamento de ensino, projeto de educação, plano de curso, plano de aula; Didática organizacional; Metodologia do ensino; História da educação. 5 Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem; teorias de aprendizagem; andragogia — educação de jovens e adultos —; taxonomias de objetivos de aprendizagem; Projeto político-pedagógico; Organização e gestão da sala de aula; Tecnologias da informação e da educação; Ética na educação; Educação nas organizações, Diagnósticos organizacionais, Gestão de pessoas e Educação, Planejamento e gestão para a educação corporativa, O pedagogo nas organizações: aspectos legais, éticos, políticos e administrativos, Capacitação, treinamento e desenvolvimento de pessoas: papel, objetivos, planejamento, levantamento de necessidades, métodos e técnicas, Avaliação e acompanhamento dos programas de educação corporativa: objetivos e aplicações.

No **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT)**, cuja missão é proporcionar à sociedade do Distrito Federal e dos Territórios o acesso à justiça e a resolução dos conflitos, por meio de um atendimento de qualidade, promovendo a paz social, o Pedagogo tem espaço de atuação no cargo de Analista Judiciário – Apoio Especializado Pedagogia. Como requisito para ingresso é preciso possuir diploma, devidamente registrado, de curso de nível superior em Pedagogia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC). Desempenha atividades de nível superior, de supervisão e orientação com relação a tarefas concernentes à execução especializada de trabalhos pedagógicos, tais como planejar, coordenar e elaborar diagnósticos, utilizando recursos pedagógicos e técnicas especiais. A remuneração para esse cargo é de R\$ 5.484,08, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, distribuído de acordo com o funcionamento do Órgão.

Para ingresso, são exigidos, de acordo com o contido no EDITAL N.º 1 – TJDFT, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007, conhecimentos sobre Fundamentos da educação, Relação educação e sociedade: dimensões filosófica, sociocultural e pedagógica, Bases legais da educação nacional: Constituição da República, LDB (Lei n.º 9.394/96) e Parâmetros Curriculares Nacionais, Desenvolvimento histórico das concepções pedagógicas; A supervisão: concepção e prática, Liderança e relações humanas no trabalho: tipos de

liderança, mecanismos de participação; normas e formas organizativas facilitadoras da integração grupal, Organização do trabalho na escola pública: articulação da ação supervisora com as diferentes instâncias e agentes educativos na construção da cidadania e na melhoria da qualidade do ensino, Pesquisa participante como instrumento de inovação e de avaliação do ensinar e aprender; Papel político pedagógico e organicidade do ensinar, aprender e pesquisar, Função sociocultural da escola, Escola: comunidade escolar e contextos institucional e sociocultural, Processo de planejamento: concepção, importância, dimensões e níveis, Projeto político-pedagógico da escola: concepção, princípios e eixos norteadores. Gestão educacional decorrente da concepção do projeto político- pedagógico, Planejamento participativo: concepção, construção, acompanhamento e avaliação, Comunicação e interação grupal no processo de planejamento: constituição de equipes, encontros e avaliações sistemáticas, capacitação de pessoal para o planejamento, constituição de grupos de estudo, aplicação de critérios na distribuição de tarefas, articulação com outros grupos sociais; Currículo e construção do conhecimento; Processo de ensino-aprendizagem, Relação professor/aluno, Bases psicológicas da aprendizagem, Planejamento de ensino em seus elementos constitutivos: objetivos e conteúdos de ensino; métodos e técnicas; multimídia educativa e avaliação educacional, Metodologia de projetos: um caminho entre a teoria e a prática. Interdisciplinaridade e globalização do conhecimento, Análise de dificuldades, problemas e potencialidades no cotidiano escolar em sua relação com a sociedade concreta, Educação continuada dos profissionais da escola.

A Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – Infraero, tem por objeto social implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeroportuária e de apoio à navegação aérea; prestar consultoria e assessoramento em suas áreas de atuação e na construção de aeroportos. A Infraero poderá, para a consecução do seu objeto social, constituir subsidiárias, assumir o controle acionário de empresa e participar do capital de outras empresas, relacionadas ao seu objeto social, conforme expressamente autorizado pela Lei nº 5.862, de 1972.

O papel do pedagogo nessa empresa é desempenhado pelo Analista Superior I – Pedagogo, que, para ingressar nessa empresa, deve ser portador de diploma ou certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso superior completo em Pedagogia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) e registro junto ao Ministério da Educação. Tem como atribuições executar atividades técnico-pedagógicas que assistam às diversas áreas da Empresa. A remuneração é de R\$ 2.818,86 e a jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Exige-se, de acordo com o contido no EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES 02/2011.01, por meio de concurso, conhecimentos sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Planejamento de ensino, Planejamento curricular, Didática, Formulação de objetivos de ensino, Taxonomia de objetivos educacionais: Taxonomia de Bloom, Recursos de ensino, Metodologia de ensino, Avaliação da aprendizagem (montagem de provas; tipos de itens; critérios para dosagem de conteúdo e para valoração de questões), Gestão por competências, Elaboração de projetos pedagógicos, Teorias de Aprendizagem, Educação Corporativa: o papel do pedagogo na empresa, gestão do conhecimento e inteligência organizacional, Elaboração de programas de capacitação técnica, Atuação interdisciplinar para formação de profissionais, Dinâmicas de grupos e jogos nas organizações, Avaliação de programas educacionais no âmbito organizacional, Comunicação e formação de equipes, Tecnologias da comunicação e da informação em educação, Planejamento, execução e avaliação de eventos empresariais Educação a Distância - conceito, histórico, características, Desenvolvimento do EAD no Brasil, Tecnologias aplicadas ao EAD - princípios gerais de navegação WEB, uso de multimídias, ferramentas da WEB, e-learning, plataforma Moodle (conceito e características e administração); Desenho Instrucional - fundamentos do DI, campos de atuação do designer instrucional, abordagens andragógica do DI, modelos de aprendizado online (fixo, aberto e contextualizado), aplicação dos modelos de DI e respectivas tecnologias empregadas, coleta e análise do público-alvo e contexto ambiental, relatório da análise contextual, processos do DI: Análise, Desenho (design), desenvolvimento, implementação, acompanhamento (avaliação do projeto), roteirização de conteúdo, desenho da interface x motivação do aluno frente ao conteúdo, criação e desenvolvimento de cursos, Fundamentos para tutoria – Perfil, atribuições, acompanhamento de tutoria, avaliação de tutoria, Avaliação em EAD – Instrumentos e critérios, Noções básicas de Planejamento Estratégico em RH, Gestão por Competência: conceito, objetivos e sua relação com o Planejamento Estratégico e Treinamento de Pessoas, Ética profissional, Noções de Informática: Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à Internet/Intranet, Ferramentas e aplicativos de navegação, de correio eletrônico, Organização de informação para uso na Internet, acesso à distância a computadores, transferência de informação e arquivos, Conceitos de proteção e segurança da informação, Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática: conceitos de hardware e de software, Procedimentos, aplicativos e dispositivos para armazenamento de dados e para realização de cópia de segurança (backup). Conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos,

pastas e programas, instalação de periféricos, Aplicativos para edição de textos e planilhas eletrônicas (Microsoft).

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é uma instituição pública que visa aperfeiçoar o trabalho do sistema judiciário brasileiro, principalmente no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual. Sua missão é desenvolver políticas judiciárias que promovam a efetividade e a unidade do Poder Judiciário, orientadas para os valores de justiça e paz social. O CNJ desenvolve e coordena vários programas de âmbito nacional que priorizam áreas como Gestão Institucional, Meio Ambiente, Direitos Humanos e Tecnologia. Entre eles estão: Metas do Judiciário, Lei Maria da Penha, Conciliação e Mediação, Justiça Aberta, Justiça em Números, Audiências de Custódia, Processo Judicial eletrônico.

No **CNJ** o Pedagogo ocupa o cargo de Analista Judiciário – área administrativa, especialidade Pedagogia. Exige-se, para ingresso, diploma, devidamente registrado, de curso de nível superior de graduação em Pedagogia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC. O Pedagogo, no CNJ, realiza atividades de nível superior, de natureza técnica, relacionadas ao planejamento, organização, coordenação, supervisão, assessoramento, estudo, pesquisa e execução de tarefas que envolvam diagnósticos e projetos na área de Pedagogia. A remuneração do cargo é de R\$ 6.611,39 (seis mil, seiscentos e onze reais e trinta e nove centavos) e a jornada de trabalho de 40 horas semanais.

No certame para ingresso, conforme EDITAL Nº 1 – CNJ, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2012, são exigidos conhecimentos sobre Fundamentos da educação, Relação educação e sociedade: dimensões filosófica, sociocultural e pedagógica, Bases legais da educação nacional: Constituição da República, LDB (Lei nº 9.394/1996) e Parâmetros Curriculares Nacionais, Desenvolvimento histórico das concepções pedagógicas, Legislação aplicada à educação a distância; A supervisão, Concepção e prática, Liderança e relações humanas no trabalho: tipos de liderança, mecanismos de participação, Normas e formas organizativas facilitadoras da integração grupal, Pesquisa participante como instrumento de inovação e de avaliação do ensinar e aprender; Papel político pedagógico e organicidade do ensinar, aprender e pesquisar, Processo de planejamento: concepção, importância, dimensões e níveis, Projeto político-pedagógico no ambiente organizacional, Concepção, princípios e eixos norteadores, Gestão educacional decorrente da concepção do projeto político-pedagógico, Planejamento participativo: concepção, construção, acompanhamento e avaliação, Comunicação e interação grupal no processo de planejamento: constituição de equipes, encontros e avaliações sistemáticas, capacitação de pessoal para o planejamento, constituição

de grupos de estudo, aplicação de critérios na distribuição de tarefas, articulação com outros grupos sociais, A avaliação na perspectiva da construção do conhecimento, Desenvolvimento de competências: conhecimentos, habilidades, atitudes; Currículo e construção do conhecimento; Processo de ensino-aprendizagem, Relação professor/aluno, Bases psicológicas da aprendizagem, Educação de adultos, Planejamento de ensino em seus elementos constitutivos, Objetivos e conteúdos de ensino, Métodos e técnicas, Novas tecnologias aplicadas à educação e plataformas de aprendizagem virtuais e avaliação educacional Metodologia de projetos presenciais e a distância, Um caminho entre a teoria e a prática, Interdisciplinaridade e globalização do conhecimento, A ação pedagógica e o trabalho com projetos; Ética e trabalho, Dilemas éticos da profissão.

O Ministério Público da União – MPU, composto pelo Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, defende os interesses da sociedade e zela pelo respeito à lei, em cada ramo do MPU, na respectiva área de atuação. Ao MPU é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira. Sendo as carreiras dos membros dos diferentes ramos independentes entre si. Dessa forma, para ser membro do MPF, deve-se prestar concurso público para o MPF. Para ser membro do MPT, deve-se prestar concurso para o MPT, e assim por diante. Quanto a carreira técnico-administrativa, esta é única para todo o MPU. O candidato presta concurso público para o MPU e pode ser lotado em qualquer um dos ramos.

O MPU tem, no seu quadro de pessoal permanente, o cargo de pedagogo definido como Analista do MPU – Área de atividade: Apoio Técnico-Administrativo – Especialidade: Educação. Como requisito para ingresso, é exigido diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em Pedagogia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC. As atribuições básicas do cargo são de planejamento, organização, avaliação e execução de atividades técnico-pedagógicas e administrativas na área de educação, inclusive corporativa; atuação em sistemas de avaliação de ações de TD&E; elaboração de diagnósticos das necessidades de TD&E; planejamento e execução de programas e projetos de educação presencial e a distância alinhados ao projeto de pesquisa conforme parâmetros do CNPq; realização de atividades relativas ao desenvolvimento do desenho instrucional de cursos na modalidade à distância e presencial; orientação de atividades voltadas à transformação do desenho instrucional de cursos em linguagem multimídia e em material didático para cursos presenciais, entre outros; selecionar estratégias instrucionais e mídias adequadas aos diferentes tipos de conteúdos, objetivos, públicos-alvo e modalidades de ensino; e zelar pelo cumprimento da legislação que envolve o projeto

pedagógico. A remuneração do cargo é de R\$ 6.611,39 (seis mil, seiscentos e onze reais e trinta e nove centavos) e a jornada de trabalho de 40 horas semanais.

De acordo com o EDITAL Nº 1 – MPU 2/2013, DE 9 DE AGOSTO DE 2013, são exigidos conhecimentos sobre Fundamentos da educação, Relação educação e sociedade: dimensões filosófica, sociocultural e pedagógica, Bases legais da educação nacional: Constituição da República, LDB (Lei nº 9.394/1996) e Parâmetros Curriculares Nacionais, Desenvolvimento histórico das concepções pedagógicas, Legislação aplicada à educação a distância; A supervisão, Concepção e prática, Liderança e relações humanas no trabalho: tipos de liderança, mecanismos de participação, Normas e formas organizativas facilitadoras da integração grupal, Pesquisa participante como instrumento de inovação e de avaliação do ensinar e aprender; Papel político pedagógico e organicidade do ensinar, aprender e pesquisar. , Processo de planejamento: concepção, importância, dimensões e níveis, Projeto político-pedagógico no ambiente organizacional, Concepção, princípios e eixos norteadores, Gestão educacional decorrente da concepção do projeto político-pedagógico, Planejamento participativo: concepção, construção, acompanhamento e avaliação, Comunicação e interação grupal no processo de planejamento: constituição de equipes, encontros e avaliações sistemáticas, capacitação de pessoal para o planejamento, constituição de grupos de estudo, aplicação de critérios na distribuição de tarefas, articulação com outros grupos sociais, A avaliação na perspectiva da construção do conhecimento, Desenvolvimento de competências: conhecimentos, habilidades, atitudes; Currículo e construção do conhecimento; Processo de ensino-aprendizagem, Relação professor/aluno, Bases psicológicas da aprendizagem, Educação de adultos, Planejamento de ensino em seus elementos constitutivos, Objetivos e conteúdos de ensino, Métodos e técnicas, Novas tecnologias aplicadas à educação e plataformas de aprendizagem virtuais e avaliação educacional, Metodologia de projetos presenciais e a distância, Um caminho entre a teoria e a prática, Interdisciplinaridade e globalização do conhecimento; A ação pedagógica e o trabalho com projetos; Ética e trabalho, Dilemas éticos da profissão.

Outra instituição em que o pedagogo desenvolve atividades é no **Exército Brasileiro (EB)**, uma instituição nacional permanente e regular, organizada com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República.

A Missão do Exército significa, em síntese, defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais, garantir a lei e a ordem, participar de operações internacionais, cooperar com o desenvolvimento nacional, cooperar com a defesa civil e atuar na faixa de fronteira terrestre contra delitos transfronteiriços e ambientais.

Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

Em razão da natureza técnico-administrativa de diversos cargos do Exército Brasileiro, foi criado o Quadro Complementar de Oficiais (QCO), composto por oficiais com curso superior, realizado em universidades civis, em diferentes áreas do conhecimento e especializações técnicas necessárias. O QCO vem contribuindo para o aprimoramento dos procedimentos administrativos no âmbito da Força Terrestre.

São administradores, que racionalizam processos gerenciais; estatísticos, que assessoram seus superiores com análises de quadros do Exército; professores, que educam os jovens líderes do amanhã; profissionais de informática, que implementam vários sistemas de computação na Força Terrestre; os comunicadores sociais, que contribuem para a divulgação da imagem da Força; e ainda advogados, psicólogos, pedagogos, enfermeiros, veterinários, contadores e tantos outros, que vêm compartilhando, com os demais integrantes da Força, os esforços desenvolvidos em prol do cumprimento da missão constitucional do Exército. O soldo inicial é de 6.673,00 e a carga horária é de 40 horas semanais.

Para ingressar no QCO, segundo o EDITAL DO CONCURSO DE ADMISSÃO 2017 para matrícula no curso de formação de oficiais do quadro complementar em 2018, é necessário ter concluído com aproveitamento, em instituição de ensino superior, o curso de graduação na área objeto do CA, que o capacite ao exercício profissional nas áreas para as quais foram estabelecidas vagas em portaria do Estado-Maior do Exército (EME), destinadas à matrícula no CFO/QC, e possuir registro no órgão fiscalizador da profissão a que concorre, quando existir, possuir diploma, na área objeto do concurso a que se refere a inscrição, de instituições credenciadas e cursos oficialmente reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), na forma da legislação federal que regula a matéria, devidamente registrado. Admitir-se-á também, o diploma emitido e registrado com fundamento no art. 63 da Portaria Normativa nº 40-MEC, de 12 de dezembro 2007; e registro profissional expedido pelo órgão fiscalizador da profissão, quando existir.

As atividades desenvolvidas pelo Militar-Pedagogo são de planejamento e coordenação de ações de supervisão escolar; assessorar o Comando em questões de ensino; planejar atividades educacionais; assistir o Corpo Docente nas atividades pedagógicas; elaborar e revisar currículos; analisar resultados dos processos de avaliação do ensino e da aprendizagem; propor mecanismos de melhorias do rendimento do processo ensino-aprendizagem; colaborar com a Seção Psicopedagógica e com a Seção Técnica de Ensino na

promoção das atividades de orientação educacional e de supervisão escolar, respectivamente; conhecer as atividades diárias de um Estabelecimento de Ensino; evidenciar criatividade, dedicação, disciplina, disciplina intelectual, iniciativa, organização, previsão, responsabilidade; manifestar comunicabilidade, equilíbrio emocional, perspicácia, sensibilidade, sociabilidade e tato.

Os conhecimentos exigidos, relacionados no mencionado edital, são: Fundamentos da educação: A educação brasileira: perspectivas históricas e culturais, A educação escolar como processo social na contemporaneidade, As relações entre educação e trabalho: desafios para a promoção da autonomia e da construção do conhecimento; Política educacional: O Estado e o planejamento da educação no Brasil, Políticas públicas em educação: concepções, impasses e questões, A estrutura da educação no Brasil: aspectos legais e organizacionais. A integração educação profissional e ensino médio: sujeitos, limites, possibilidades e desafios, Justiça Social, Educação e Trabalho: inclusão, diversidade e igualdade, LDB: Lei 9.394/96, com as atualizações vigentes, PNE: Lei 13.005/2014; Didática, gestão do ensino, avaliação da aprendizagem e formação docente, Percursos da Docência: da iniciação à profissionalização, A formação de professores no contexto atual: desafios para uma educação de qualidade, A pesquisa como princípio educativo e o currículo, Os processos didáticos de ensino/aprendizagem: a organização do planejamento pedagógico e suas implicações educacionais para os processos de aprender e ensinar competências, Características da evolução do pensamento pedagógico brasileiro: pressupostos e contribuições, As influências das novas tecnologias da informação e da comunicação nos contextos culturais e educacionais atuais, Abordagens teórico/metodológicas da avaliação escolar, Perspectivas de currículo e práticas pedagógicas em construção: interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e multidisciplinaridade, As contribuições da psicologia da educação e do desenvolvimento para a docência e suas implicações nas práticas educacionais contemporâneas, Adolescência e escola: perspectivas psicológicas e sociais de compreensão do processo de adolescer na sociedade atual, Educação de Adultos: sujeitos, concepções, pressupostos e desafios, gestão democrática e avaliação, Processos de organização do trabalho pedagógico: da gestão interdisciplinar do ensino à gestão da Escola, A gestão participativa na escola: os desafios do trabalho integrado na vivência do Projeto Político Pedagógico.

Quadro 1. Resumo das principais informações sobre as instituições pesquisadas

Instituição	Característica	Principais Conhecimentos	Principais atividades	Remuneração (R\$)	Carga horária

ABIN	Federal	planejamento de ensino e curricular, didática, avaliação da aprendizagem; elaboração de projetos pedagógicos, tecnologia da educação, educação a distância, educação corporativa, projeto pedagógico, metodologia de ensino.	planejamento, execução, coordenação, supervisão e controle das atividades de gestão técnico-administrativas; suporte e apoio logístico à produção de conhecimentos de inteligência, às ações de salvaguarda de assuntos sensíveis.	15.312,74	40 horas semanais
ECT	Federal	Didática da educação, Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem, Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem, andragogia, Projeto político-pedagógico, Tecnologias da informação e da educação, Planejamento e gestão para a educação corporativa, Avaliação e acompanhamento dos programas de educação corporativa	Assessoramento técnico, Elaborar documentos, auditoria técnica, Acompanhar o cronograma da execução de projetos	3.211,58	44 horas semanais
Infraero	Federal	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Planejamento de ensino,	Executar atividades técnico-pedagógicas que assistam às diversas áreas da Empresa	2.818,86	40 horas semanais

		Planejamento curricular, Didática, Formulação de objetivos de ensino, Metodologia de ensino, Avaliação da aprendizagem, Elaboração de projetos pedagógicos, Teorias de Aprendizagem, Educação Corporativa, Tecnologias da comunicação e da informação em educação, Planejamento, execução e avaliação de eventos empresariais Educação a Distância			
EB	Federal	Fundamentos da educação, As relações entre educação e trabalho, Política educacional, Políticas públicas em educação, Didática, gestão do ensino, avaliação da aprendizagem e formação docente, Percursos da Docência, Educação de Adultos, Processos de organização do trabalho pedagógico	planejamento e coordenação de ações de supervisão escolar; assessorar o Comando em questões de ensino; planejar atividades educacionais; assistir o Corpo Docente nas atividades pedagógicas; elaborar e revisar currículos; analisar resultados dos processos de avaliação do ensino e da aprendizagem; propor mecanismos de melhorias do rendimento do processo ensino-aprendizagem;	7.490,00	40 horas semanais

			colaborar com a Seção Psicopedagógica e com a Seção Técnica de Ensino na promoção das atividades de orientação educacional e de supervisão escolar, respectivamente; conhecer as atividades diárias de um Estabelecimento de Ensino;		
DETRAN-DF	Distrital	Fundamentos da educação, Bases legais da educação nacional, Liderança e relações humanas no trabalho, Organização do trabalho na escola pública, Função sociocultural da escola, Processo de planejamento	planejamento, coordenação, controle, avaliação e execução de atividades de diagnóstico das ações desenvolvidas pelo DETRAN-DF, elabora e executa planos de atividades socioeducativas e culturais; participa de programas de treinamentos que envolvam conteúdos relativos à área de atuação; assessora atividades específicas de Pedagogia	5.849,75	40 horas semanais
SEDESTM IDH	Distrital	Administração da Educação e Comunidade; Concepções e Modalidades de Educação, Planejamento, Cultura Organizacional, A legislação do ensino brasileiro,	planejamento, coordenação, execução, monitoramento, supervisão e avaliação de atividades que demandem conhecimentos especializados relacionados à área	3.599,70	30 horas semanais

		Educação e Trabalho, Formação profissional	de Pedagogia		
METRÔ-DF	Distrital	Administração mercadológica, Gestão estratégica de pessoas, Avaliação de desempenho, Gestão do conhecimento, Educação corporativa, Gestão do conhecimento, Desenvolvimento de projetos pedagógicos para as organizações, Educação profissional e educação a distância, E-learning,	participar das atividades de nível superior de pedagogia, relativas ao desenvolvimento e capacitação profissional dos empregados do METRÔ-DF, elaboração de planos e programas que envolvem levantamento de necessidades de capacitação profissional, cursos, processo de formação profissional, avaliação de métodos de treinamento e desempenho profissional, captação de recursos humanos, materiais didáticos e demais aplicações pedagógicas.	6.480,00	40 horas semanais
TJDFT	Federal	Fundamentos da educação, Bases legais da educação nacional, supervisão, Liderança e relações humanas, Organização do trabalho na escola pública, Função sociocultural da escola, Processo de planejamento, Processo de ensino-aprendizagem,	supervisão e orientação com relação a tarefas concernentes à execução especializada de trabalhos pedagógicos, tais como planejar, coordenar e elaborar diagnósticos, utilizando recursos pedagógicos e técnicas especiais	5.484,08	40 horas semanais

		Metodologia de projetos, Educação continuada dos profissionais da escola			
CNJ	Federal	Fundamentos da educação, Bases legais da educação nacional, supervisão, Liderança e relações humanas, Organização do trabalho na escola pública, Função sociocultural da escola, Processo de planejamento, Processo de ensino-aprendizagem, Metodologia de projetos, Educação continuada dos profissionais da escola	planejamento, organização, coordenação, supervisão, assessoramento, estudo, pesquisa e execução de tarefas que envolvam diagnósticos e projetos na área de Pedagogia	6.611,39	40 horas semanais
MPU	Federal	Fundamentos da educação, Bases legais da educação nacional, supervisão, Liderança e relações humanas, Organização do trabalho na escola pública, Função sociocultural da escola, Processo de planejamento, de ensino-aprendizagem, Metodologia de projetos, Educação continuada	planejamento, organização, avaliação e execução de atividades técnico-pedagógicas e administrativas na área de educação, corporativa, planejamento e execução de programas e projetos de educação presencial e a distância, desenvolvimento do desenho instrucional de cursos à distância e presencial	R\$ 7.506,54	40 horas semanais

Fonte: Autoria própria – 2018.

Vale ressaltar que os espaços não-formais de atuação do pedagogo ora descritos provavelmente não esgotam as opções disponíveis no mercado para este profissional. No entanto, delimitarei estes por disponibilizarem informações de modo acessível sobre a forma de ingresso, remuneração, jornada de trabalho, perfil profissional exigido, competências e conhecimentos necessários para desempenhar suas atividades. A partir dessas informações, no próximo capítulo serão analisados o perfil e, também, as habilidades exigidas do pedagogo não escolar.

CAPÍTULO 3 – O PERFIL DO PEDAGOGO EM ESPAÇO NÃO-FORMAL

Partindo do pressuposto de que atualmente existe uma grande diversidade de opções de áreas de atuação do pedagogo, neste trabalho optou-se por pesquisar e encontrar as oportunidades de atuação destes profissionais em instituições que disponibilizaram publicamente, em editais e sites oficiais, informações sobre qual papel desempenha, formação exigida e conhecimentos necessários para o ingresso no quadro de pessoal.

Na contemporaneidade, as relações de trabalho mudam constantemente. Com isso, as instituições precisaram adequar-se a essas mudanças reorganizando suas atividades, seus cargos e suas funções dentro das organizações. Sobre essa realidade, Minarelli (1996, p. 17 e 18) afirma que

As grandes empresas e corporações, para sobreviver à crise econômica mundial e atender às novas demandas do mercado, eliminaram ou redesenharam cargos e, em muitos casos, operações inteiras." E em relação às pessoas atuando dentro deste novo contexto profissional (MINARELLI, 1996, p. 17 e 18)

O mesmo autor pondera: "Os trabalhadores precisarão reciclar-se periodicamente para manter seus conhecimentos atualizados e desenvolver outras habilidades" (MINARELLI, 1996, p. 18).

Complementa, ainda, que tal mudança provocou um deslocamento do foco no trabalho em que, antes, enfatizava-se atividades manuais e, agora, a ênfase, em relação aos trabalhadores, tem como centro de atenção o intelecto.

Tais fatos resultam das novas relações de trabalho que se estabeleceram no mundo moderno, em que se percebe a necessidade de um profissional que tenha um perfil que possa ajudar a instituição, qualquer que seja o segmento, a alcançar seus objetivos, metas e a missão organizacionais. Ou seja, a atuação deste profissional está mais relacionada a seu perfil em consonância com a organização do que a determinação de uma formação acadêmica.

A razão disso é que, nos dias atuais, as necessidades do mundo do trabalho estão mais condizentes com uma visão mais ampla e rica do mundo, e, também, por saber-se que alguns conteúdos específicos para a realização de uma tarefa podem ser facilmente aprendidos. Porém, a interação entre as habilidades do profissional e da instituição é vista como uma questão mais aprofundada e dificilmente encontrada e também desenvolvida.

Percebe-se, portanto, que as relações de trabalho, em um mundo globalizado, têm de ser repensadas afim de que se possa criar novas formas de relações trabalhistas que organizem, de algum modo, o processo de trabalho e suas influências que articulam uma nova realidade nesse novo modelo existente no mundo.

Neste contexto, o meio acadêmico, universitário, é um dos setores mais sensíveis e, justamente por isso, passível de desestabilização, pois é dele que provém a grande diversidade de profissionais lançados em um mundo já afetado, e ainda não estabilizado, diante da incontável onda de globalização que afeta todos os setores de atividade humana. Diante desses fatos, à Universidade cabe a responsabilidade não somente de acompanhar transformações tão dinâmicas e profundas, mas que, principalmente, se antecipe na formação de profissionais da educação que tenham, além das qualificações, o perfil exigido pela sociedade atual.

Ressalta-se, assim, que se trata de uma ação desestabilizadora que atinge sobremaneira as entranhas dos currículos e programas da Universidade. Com as reformas ocorridas nos anos 80 e 90, as mudanças delas advindas trouxeram, aos poucos, novos desafios para o curso de Pedagogia. Percebe-se, com isso, que estas alterações legais associadas às transformações e exigências sociais fizeram com que a atuação do pedagogo se estendesse para além das escolas e cargos executivos, como diretorias, secretarias e ministério. O pedagogo passa então a atuar em outras instituições, pois as mudanças realizadas no currículo do curso de Pedagogia proporcionaram essa possibilidade de expandir sua atuação.

Libâneo (2010) afirma que há duas décadas, nas várias organizações científicas e profissionais de educadores, tem se debatido em todo o país, questões relativas ao campo de estudo da Pedagogia, da identidade profissional do pedagogo, do sistema de formação de pedagogos, da estrutura do conhecimento pedagógico. Complementa o autor:

Todos os educadores seriamente interessados nas ciências da educação, entre elas a Pedagogia, precisam concentrar esforços em propostas de intervenção pedagógica nas várias esferas do educativo para enfrentamento dos desafios colocados pelas novas realidades do mundo contemporâneo (LIBÂNEO, 2010, p. 63).

Torna-se, portanto, fundamental adequar o currículo para a formação desse novo educador que, sobretudo, deverá ser capaz de integrar a dimensão técnica a uma preocupação com a ética, a estética, a política e a prática cotidiana do fazer escolar, afirma Rios (2002), ou, pelo menos, de garantir a articulação entre as abordagens da docência e da gestão do trabalho administrativo e pedagógico que são desenvolvidos em espaços de educação formal e não-formal, pois, dessa forma, evita-se a fragmentação na formação deste profissional.

Assim, é necessário entendermos que, na docência do ensino superior, deve ser dada ênfase às ações do estudante, conforme descrito por Masetto:

para que possa aprender o que se propõe; que a aprendizagem desejada engloba, além dos conhecimentos necessários, habilidades, competências e análise e desenvolvimento de valores, não há como se promover essa aprendizagem sem a participação e parceria dos próprios aprendizes (MASETTO, 2003, p. 23).

Portanto, a coexistência da pesquisa e da formação profissional é um dos principais dilemas com que se defronta o ensino superior. Esta visão, na Universidade, tem se manifestado na ênfase de definir quais devem ser as habilidades e as competências a serem desenvolvidas baseadas na empregabilidade. Isso significa que tais habilidades e competências se relacionam diretamente com a atividade profissional, o que exige uma formação acadêmica que considere o mercado de trabalho. Isso resulta na busca de meios que sejam eficientes para essa interação entre a universidade e a sociedade, preocupando-se, assim, em diagnosticar as demandas e poder conciliar saber e fazer. Dessa forma, o ensino superior torna-se laboratório da realidade.

Assim, esse processo de transformação acaba por provocar uma necessidade de maior exigência de formação das competências que devem ser norteadoras para um ensino de qualidade. Isso também desencadeou uma ampliação da pesquisa científica na atividade acadêmica do profissional de educação, evidenciando a preocupação com a gestão educacional e a visão das instituições de ensino como originárias do empreendedorismo que fomenta planejamento com propostas renovadoras, que analisam eixos teórico-filosóficos das relações educativas, com base nos contextos socioeconômicos e políticos.

Por isso, quando a legislação educacional passa a exigir, na atualidade, que a universidade cumpra sua responsabilidade social, encontra um educador consciente de seu papel de agente de transformações e multiplicador de valores.

Destaca-se que, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, aprovado em dezembro de 2005, na descrição da Finalidade do Curso de

Pedagogia, a educação do pedagogo deve propiciar estudos de campos do conhecimento, tais como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural, para orientar a observação, análise, execução e avaliação do ato docente e de suas repercussões ou não em aprendizagens, além de orientar práticas de gestão de processos educativos escolares e não-escolares e, também, da organização, funcionamento e avaliação de sistemas e de estabelecimento de ensino.

Em se tratando da atuação do pedagogo em espaços não escolares, o referido documento ressalta que o perfil do graduado em Pedagogia deverá contemplar consistente formação teórica, diversidade de conhecimentos e de práticas, que se articulam ao longo do curso, conforme enfatizado a seguir:

[...] gestão educacional, entendida numa perspectiva democrática, que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e de processos educativos escolares e não-escolares, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e de projetos pedagógicos, bem como análise, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação (Parecer CNE/CP nº 5/2005, pg.8).

Nesse contexto, o perfil traçado para o egresso do curso de Pedagogia apresentado neste documento descreve que este profissional deverá ser capaz de:

[...] atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária; trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo; identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras; demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras; desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento; participar da gestão das instituições em que atuem planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares; realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre seus alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não-escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre a organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas (Parecer CNE/CP nº 5/2005, pg.8).

Portanto, formar o pedagogo para essa finalidade passa, então, a ser uma ação necessária. O destaque neste trabalho é voltado para a formação generalista do pedagogo com ênfase em gestão da educação e da aprendizagem no seu objeto de estudo – o processo educativo direcionado à educação não-formal, à educação profissional em sistemas não-escolares.

Conclui-se, assim, que a otimização no processo de formação do pedagogo para atuar em um mundo globalizado resulta na conquista da autonomia para a construção do próprio caminho na nova trajetória transformacional. Isso requer deste profissional atitudes e posturas pautadas na proatividade que sejam organizadas, éticas, positivas, flexíveis, além de iniciativas educacionais que valorizem a diversidade e participe efetivamente nas relações interpessoais em espaços não-formais.

A partir dos resultados obtidos com este trabalho, foram encontrados diversos espaços não-escolares que demandam a atuação do pedagogo. Verificou-se que, para atuar nestes espaços, são exigidos diferentes saberes desse profissional que, segundo MELO (2016), são os saberes da experiência (ou experienciais), também conhecidos como práticos e os saberes pedagógicos (ou profissionais).

Ainda de acordo com essa autora, os primeiros estão relacionados diretamente ao trabalho pedagógico, desenvolvido pelo pedagogo, que se origina na prática do cotidiano, de acordo com as condições de trabalho desse profissional. Já os saberes pedagógicos são adquiridos durante a formação, que tratam da ciência da educação e da Pedagogia.

Os resultados obtidos revelaram que, para atuar em algumas das instituições pesquisadas, são exigidos três grandes eixos:

a) Perfil:

- Profissional com atitudes e posturas pautadas na proatividade que sejam organizadas, éticas, positivas e flexíveis, além de iniciativas educacionais que valorizem a diversidade e participe efetivamente nas relações interpessoais em espaços não escolares.

b) Área de atuação:

- Quanto à área de atuação, de acordo com o contido nos editais, percebe-se que nesse campo, embora exijam conhecimentos pedagógicos para ingresso, há uma identidade de gestão, próximo a recursos humanos.

c) Conhecimentos profissionais:

- Saberes acadêmicos, adquiridos na formação inicial e continuada:

Planejamento de Cursos, Administração Escolar, Didática, Avaliação, Metodologia, Acompanhamento, Psicologia, Base Legal da Educação e Nacional: Lei de Diretrizes e Bases – LDB, Constituição Federal de 1988, Educação a Distância, Pesquisa e Desenvolvimento Científico, Formulação de Objetivos de Ensino, Elaboração de Projetos Pedagógicos, Coordenação, Elaboração e Execução de Planos de Atividades Socioeducativas e Culturais, Filosofia, Monitoramento de Atividades que demandam conhecimentos especializados relacionados à área de Pedagogia;

- Saberes de Organização da Gestão, que se desenvolvem na prática pedagógica das instituições: Gestão de pessoas, Administração e Planejamento, Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), Tecnologia Educacional, Normativos e Processos internos das instituições, Comunicação Interna, Avaliação e Execução de Atividades de Diagnóstico das Ações desenvolvidas pela Instituição, Metodologia de Projetos, Processos de Formação Profissional, Análise de materiais Didáticos, Sustentabilidade Organizacional, Cultura Organizacional, Gestão Estratégica das Instituições.
- Saberes Organizacionais: Trabalho em Equipe, Levantamento das necessidades de Treinamento, Planejamento e Supervisão de ações de Treinamento, Condução de trabalhos em grupo e de reuniões, Organização de espaços para realização de ações de treinamento, Assessoramento Pedagógico, Dinâmicas de Grupo, Formação Corporativa Continuada mediada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação, Disseminação de Conhecimentos Técnicos, Elaboração de Documentos e Emissão de considerações Técnicas;

Quanto aos saberes experienciais exigidos, destacam-se:

- Saberes Cotidianos: Análise, Gestão e Resolução de conflitos internos, acompanhamento do desenvolvimento funcional interno. Ou seja, são relacionados ao tratamento dos conhecimentos, levando em consideração as diversas finalidades para as quais esses saberes são mobilizados e como podem ser articulados para constituir e sistematizar o conhecimento valorizado e também legitimado pelas instituições, tanto no ambiente de trabalho quanto na formação humana.

- Saberes Afetivos: são utilizados nas interações entre o corpo funcional das instituições. Envolve a subjetividade e expectativas de sujeitos sociais. Esses saberes, portanto, são interligados e, suas mobilizações, ocorrem para atender as necessidades do trabalho pedagógico. Dentre estes saberes, destacam-se motivação, estímulo e incentivo do público interno à instituição, qualidade de vida no trabalho, relacionamento e comunicação.
- Saberes Organizativos: são os saberes que o pedagogo utiliza com a finalidade de organizar o trabalho conjuntamente. Nas funções pedagógicas, são utilizados com fins específicos, que vão se materializando de acordo com a prática. Envolve a organização do ambiente com a finalidade de proporcionar um ambiente mais favorável à aprendizagem e à construção e elaboração de propostas de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo identificar espaços não-formais que têm pedagogos em seus quadros funcionais e, a partir dessas informações, identificar o perfil profissional exigido nos editais de seleção, tendo como objetivos descrever as atividades desempenhadas, os conhecimentos que lhe são exigidos e mapear as instituições que selecionam pedagogos para atuar nesse ramo. Foram relacionadas as competências de formação e as atividades exigidas para essas atividades exercidas em espaços não-formais de educação, objetivando possibilitar aos pedagogos a compreensão de sua capacidade de atuação profissional em ambientes que extrapolem as unidades escolares e, além disso, ampliar as possibilidades de sua área de atuação.

De forma resumida, nesses espaços são exigidos do pedagogo:

- conhecimentos legais sobre a educação brasileira: Lei de Diretrizes e Bases, Parâmetros Curriculares Nacionais, Constituição Federal de 1988;
- liderança e trabalho em grupo: Dinâmicas de Grupo, Disseminação de Conhecimentos Técnicos, Trabalho em Equipe, Análise de materiais Didáticos, Cultura Organizacional, Gestão Estratégica das Instituições;
- conhecimentos pedagógicos: Planejamento de Cursos, Administração Escolar, Didática, Avaliação, Metodologia, Acompanhamento, Psicologia;
- ética e trabalho: Gestão e Resolução de conflitos internos, Acompanhamento do desenvolvimento funcional interno, Motivação, estímulo e incentivo do público interno à Instituição, Qualidade de Vida no Trabalho, Relacionamento e Comunicação.
- educação corporativa: Levantamento das necessidades de Treinamento, Planejamento e Supervisão de ações de Treinamento, Condução de trabalhos em grupo e de reuniões, Organização de espaços para realização de ações de treinamento, Assessoramento Pedagógico, Elaboração de Documentos e Emissão de considerações Técnicas, Avaliação e Execução de Atividades de Diagnóstico das Ações desenvolvidas pela Instituição,;
- tecnologias educacionais: Formação Corporativa Continuada mediada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação, Tecnologia Educacional, E-learning, Educação a Distância, Metodologia de Projetos, Processos de Formação Profissional.

Percebe-se, portanto, que este profissional para atuar na sociedade contemporânea,

deverá, sobretudo, ser capaz de integrar a dimensão teórica a uma preocupação com a prática cotidiana do fazer institucional. Deve, também, ser capaz de articular entre as abordagens da gestão do trabalho administrativo, pedagógico e comunitário e da educação profissional, todos desenvolvidos em espaços não-formais, evitando-se a fragmentação da sua atividade.

Vimos, ainda, que a atuação do pedagogo nesses espaços (não-formais) é baseada nos conhecimentos e nos saberes profissionais que se mobilizam na organização do trabalho pedagógico, conforme as demandas de cada instituição. Nesse contexto, esses conhecimentos podem ser classificados como conhecimentos legais, liderança e trabalho em grupo, conhecimentos pedagógicos, ética e trabalho, educação corporativa e tecnologias educacionais.

Portanto, a partir da análise dos dados pesquisados nesse trabalho, foi possível sistematizar outros espaços de atuação do pedagogo, que vão além dos espaços em sala de aula, ou seja, da educação formal (ou escolar). Assim, o pedagogo tem seu campo de atuação ampliado para outras instituições que não são necessariamente voltadas para a educação formal, pois as alterações realizadas no currículo do curso de Pedagogia habilitaram o pedagogo para exercer suas atividades em diferentes espaços. Estes espaços de educação são definidos pela literatura especializada como espaços de educação não-formal ou não-escolar, em que o pedagogo desenvolve suas atividades por meio dos conhecimentos adquiridos durante a formação acadêmica, além de outros exigidos de acordo com a instituição em que irá atuar.

PARTE III – PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Nesse contexto, foi identificado que são exigidos do pedagogo um perfil profissional com atitudes e posturas pautadas na proatividade, que sejam organizadas, éticas, positivas, flexíveis além de iniciativas educacionais que valorizem a diversidade e participe efetivamente nas relações interpessoais em espaços não-formais. Diante das informações obtidas a partir da pesquisa realizada nesse trabalho, foi possível concluir que o perfil exigido do pedagogo que atua nestes espaços requer um profissional com atitudes e posturas pautadas na proatividade, que sejam organizadas, éticas, positivas, flexíveis além de iniciativas educacionais que valorizem a diversidade e participe efetivamente nas relações interpessoais em espaços não-formais. Percebe-se, assim, que no campo de atuação, embora pedagógico, há uma identidade da docência, de gestão, próximo a recursos humanos.

Portanto, desempenhar a função de pedagogo em espaços não-formais mostrou-se uma opção bastante atrativa e diversificada, quando à sua área de atuação. São espaços que permitem ao pedagogo ter um campo de trabalho mais amplo, com valorização e reconhecimento de sua formação e que oferecem atrativos diferenciados para esse profissional. Em termos salariais, em geral, têm remunerações atrativas que valorizam sua formação. É um espaço que me atrai e que considero valer a pena se dedicar para ingressar nesse campo de atuação como Pedagogo.

REFERÊNCIAS

Agencia Brasileira de Inteligência. Disponível em: <http://www.abin.gov.br/> Acessado em 07 de dezembro de 2018.

Companhia metropolitana do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.metro.df.gov.br/> Acessado em 07 de dezembro de 2018.

Concurso SEDESTMIDH. Disponível em: <https://www.diariooficialdf.com.br/concurso-sedestmidh-2018/> . Acessado em 07 de dezembro de 2018.

Concurso SEDESTMIDH. Edital 2018. Disponível em: <https://www.diariooficialdf.com.br/wp-content/uploads/2018/11/concurso-sesdest-df-> Acessado em 07 de dezembro de 2018.

Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: www.cnj.jus.br. Acessado em 07 de dezembro de 2018.

Constituição Federal 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acessado em 07 de dezembro de 2018.

DATNER, Yvette. **Jogos para educação empresarial: jogos, jogos dramáticos, roleplaying, jogos de empresa.** São Paulo: Ágora, 2006.

Departamento de Trânsito do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.detran.df.gov.br/> Acessado em 07 de dezembro de 2018.

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Disponível em: <http://www.correios.com.br/> Acessado em 07 de dezembro de 2018.

Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária. Disponível em: <http://www4.infraero.gov.br/> Acessado em 07 de dezembro de 2018.

Escola de Formação Completa do Exército. Disponível em: <http://www.esfcex.eb.mil.br/> Acessado em 07 de dezembro de 2018.

FRANCO, M. A. S. **Pedagogia como Ciência da Educação.** Campinas, SP: Papyrus, 2003.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. **Para um currículo de formação de pedagogos: indicativos.** In: *Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas.* PIMENTA, Selma Garrido (Org.). 3 ed. São Paulo; Cortez, 2011. pp. 101- 129.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 3 ed. São Paulo. Ed. Paz e terra. 2002

GOHN, Maria da Glória – **Educação não formal e o educador Social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais** – São Paulo: Cortez, 2010.

Lei nº 4024 de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm. Acessado em 07 de dezembro de 2018.

LIBÂNEO, José Carlos – **Pedagogia e pedagogos, para quê?** – 12.^a ed. – São Paulo: Cortez, 2010 – 12.^a edição – reimpressão.

LIBÂNEO, José Carlos – **Pedagogia e pedagogos, para quê?** – 8.^a ed. – São Paulo: Cortez, 2005 – 8.^a edição – reimpressão.

MASETTO, M.T. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2003.

MELO, Ana Lídia Braga. **As práticas Educativas Desenvolvidas por Pedagogos em Espaços não Escolares e os Saberes Profissionais Mobilizados**. Disponível em: <<http://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2016/07/AS-PR%C3%81TICAS-EDUCATIVAS-DESENVOLVIDAS-POR-PEDAGOGOS.pdf>>. Acesso em: 7/12/2018.

Ministério Público da União. Disponível em: <http://www.mpu.mp.br/> Acessado em 07 de dezembro de 2018.

MOSCOVICI, Fela. **Equipes dão certo: a multiplicação do talento humano**. 4^o ed., Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1998.

Parecer CNE/CP n^o 3/1006. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf. Acessado em 07 de dezembro de 2018.

PIMENTA, Selma Garrido. (Org.). **Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2001.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. **Pesquisa Exploratória: Procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v29n4/10>>. Acesso em: 7/12/ 2018

Resolução CNE/CP 1/2006. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia**. Diário Oficial da União, Brasília, 16/05/2006, Seção 1, p.11. Disponível em: www.mec.org.br. Acesso: 22/12/2018.

Resolução CNE/CP n^o 2 de 1 de julho de 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acessado em 07 de dezembro de 2018.

RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral – **Pedagogia empresarial: atuação do pedagogo na empresa** – Rio de Janeiro: Wak, 2003.

RIOS, T.A. **Compreender para Ensinar**. São Paulo: Cortez, 2002.

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Disponível em: <http://www.tjdft.jus.br/> Acessado em 07 de dezembro de 2018.